

Fundação Joaquim António Franco e seus Pais
Rua 5 de Outubro, 10
7780 - Casével – Castro Verde

CONTAS

- Balanço -
- Demonstração de Resultados por Natureza -
- Demonstração de Resultados por Funções –
- Demonstração de Fluxos de Caixa -
- Anexo -

Exercício de 2023

**Fundação Joaquim António
Franco e seus Pais**
Cont. Nº.: 600 847 920
Telef. 286 689 280 - Fax 286 689 288
286 689 287
R. 5 de outubro, 10 - Casével, 7780-120 Castro Verde

Balanço em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros - €)

RUBRICAS	Notas	Períodos	
		2023	2022
ATIVO			
<i>Ativo não corrente</i>			
Ativos fixos tangíveis	5	8.222.510,78	8.379.016,94
Outros ativos financeiros	10.1	8.272,47	8.272,47
		8.230.783,25	8.387.289,41
<i>Ativo corrente</i>			
Inventários	10.2	17.055,81	20.560,36
Clientes	10.3	351.174,91	423.019,37
Estado e outros entes públicos	10.4	5.036,12	2.254,52
Outras contas a receber	10.5	111.887,18	14.901,30
Caixa e depósitos bancários	10.7	69.622,32	97.466,78
		554.776,34	558.202,33
Total do Ativo		8.785.559,59	8.945.491,74
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais	10.8		
Fundos		267.204,66	267.204,66
Excedentes de revalorização		3.173.553,00	3.173.553,00
Outras variações no capital próprio		1.033.445,17	1.136.762,90
Resultados transitados		362.229,95	269.650,35
		4.836.432,78	4.847.170,91
Resultado líquido do período		-76.132,40	52.024,25
Total dos fundos patrimoniais		4.760.300,38	4.899.195,16
Passivo			
<i>Passivo não corrente</i>			
Financiamentos obtidos	6	2.724.254,62	2.892.470,01
		2.724.254,62	2.892.470,01
<i>Passivo Corrente</i>			
Fornecedores	10.9	412.498,75	421.401,63
Financiamentos obtidos	6	420.935,46	324.156,55
Estado e outros entes públicos	10.4	103.513,55	111.992,32
Outras contas a pagar	10.10	364.056,83	296.276,07
		1.301.004,59	1.153.826,57
Total do passivo		4.025.259,21	4.046.296,58
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		8.785.559,59	8.945.491,74

Demonstração de Resultados (por natureza) em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros - €)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	1.924.748,16	1.808.276,03
Subsídios à exploração	8	450.825,73	454.023,93
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11.1	-91.343,26	-60.051,46
Fornecimento e serviços externos	11.2	-548.199,14	-487.377,87
Gastos com o pessoal	11.3	-1.666.792,88	-1.687.361,13
Provisões (aumentos/reduções)	11.4	0,00	20.000,00
Outros rendimentos e ganhos	11.5	209.722,36	287.645,72
Outros gastos e perdas	11.6	-12.221,18	-12.150,32
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		266.739,79	323.004,90
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-155.941,35	-169.271,09
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		110.798,44	153.733,81
Juros e rendimentos similares obtidos	11.6	1,18	19,49
Juros e gastos similares suportados	11.6	-186.932,02	-101.729,05
Resultados antes de impostos		-76.132,40	52.024,25
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-76.132,40	52.024,25

Demonstração de Resultados (por funções) em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros - €)





RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	Períodos	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	12	2.375.573,89	2.262.299,96
Custos das vendas e dos serviços prestados		-2.462.276,63	-2.404.061,55
Resultado bruto		-86.702,74	-141.761,59
Outros rendimentos		209.722,36	307.645,72
Gastos de distribuição		0,00	0,00
Gastos administrativos		0,00	0,00
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00
Outros gastos		-12.221,18	-12.150,32
Resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos		110.798,44	153.733,81
Gastos de financiamento (líquidos)		-186.930,84	-101.709,56
Resultados antes de impostos		-76.132,40	52.024,25
Imposto sobre o rendimento do exercício		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-76.132,40	52.024,25

[Handwritten signatures and initials]

Demonstração de Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2023

(Montantes expressos em euros - €)

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais	13		
- Recebimento de clientes e utentes		1.142.883,57	1.049.932,72
- Pagamentos a Fornecedores		-634.174,43	-518.944,69
- Pagamentos a Pessoal		-1.144.266,02	-1.034.947,76
<i>Caixa Gerado pelas Operações</i>		-635.556,88	-503.959,73
- Pagamento / Recebimento do Imposto sobre Rendimento		0,00	0,00
- Outros Pagamentos / Recebimentos		866.080,92	739.279,88
<i>Fluxo de caixa das atividades operacionais (1)</i>		230.524,04	235.320,15
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
- Pagamentos respeitantes a:			
# Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
- Recebimentos provenientes de:			
# Ativos fixos tangíveis		0,00	87.500,00
<i>Fluxo de caixa das atividades de investimento (2)</i>		0,00	87.500,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
- Recebimentos provenientes de:			
# Financiamentos obtidos		1.213.086,96	910.370,69
- Pagamentos respeitantes a:			
# Financiamentos obtidos		-1.284.523,44	-1.215.293,94
# Juros e custos similares		-186.932,02	-101.729,05
<i>Fluxo de caixa das atividades de financiamento (3)</i>		-258.368,50	-406.652,30
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-27.844,46	-83.832,15
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		97.466,78	181.298,93
Caixa e seus equivalentes no fim do período		69.622,32	97.466,78

Anexo às Demonstrações Financeiras do período 2023

(Montantes expressos em euros - €)

1. Identificação da Entidade

A Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais António Franco Ribeiro e Maria Castelo Franco Ribeiro, adiante por Fundação, foi constituída em 18 de maio de 1961 para cumprimento testamentário de Joaquim António Franco.

Tem sede social na Rua 5 de Outubro, nº 10 em Casével – Castro Verde.

O seu objeto social é apoiar e proteger os idosos residentes em Casével e concelhos limítrofes mediante a prestação de serviços a este grupo etário. A sua atividade principal é “Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento” – CAE 87301. As suas atividades secundárias são: “Atividades de estabelecimentos com cuidados continuados com alojamento” – CAE 88101, “Atividade de apoio social para pessoas idosas sem alojamento” – CAE 88101 e “Outras atividades de saúde humana, ne” – CAE 86906.

O seu número de identificação fiscal (NIF) é 500847320.

A Fundação é uma IPSS tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

A Fundação iniciou em 2009 o projeto para a construção de um edifício que permitisse albergar um Lar e uma Unidade de Cuidados Continuados (UCC). Este projeto foi concluído no 1º semestre de 2011, tendo a UCC iniciado a sua atividade em Maio e o Lar em julho.

O custo da construção do Edifício foi de 3.292 mil euros. O custo de aquisição do equipamento foi de 360 mil euros. Foi apoiado em 660 mil euros pelo Estado através da ARS e em 16 mil euros através do projeto Proder. Também a autarquia participou através de diversos apoios que totalizaram 124 mil euros.

Em 2012 iniciou-se a construção da 2ª fase do Lar. O investimento até 2015 foi de 2.443 mil euros, dos quais 1.768 mil euros foram apoiados pelo projeto InaAlentejo. A participação estatal recebida até 31 de dezembro foi de 1.402 mil euros. O Lar iniciou a atividade em agosto de 2015.

Atualmente tem 4 valências de apoio social: Centro de Dia – 1 utentes; Apoio Domiciliário – 13 utentes; Unidade de Cuidados Continuados Intensivos – 32 utentes em regime público e 8 utentes em regime privado e Estabelecimento Residencial para Idosos – 37 utentes em regime participado e 11 utentes em regime privado.

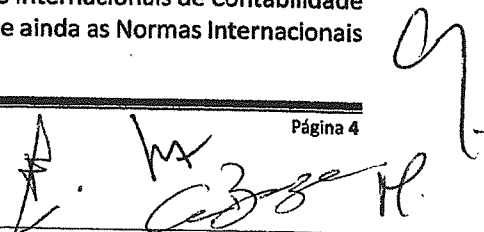
2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas aplicadas às ESNL – Entidades do sector não lucrativo:

- DL 36-A/2011 de 9 de março;
- Portarias nº 105/2011 de 14 de março

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, seja da posição financeira seja do desempenho da Entidade, foram utilizadas as normas que integram as ESNL bem como normas da Sistema Normalização Contabilística (SNC) aprovados pelo DL 158/2009, bem como com as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e ainda as Normas Internacionais



de Contabilidade e as Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standart Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações e no regime de acréscimo, utilizando as NCRF (normas de contabilidade e relativo financeiro) das ESNL, designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo.

2.2. Indicação e justificação das disposições que regulamentam as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos nestas demonstrações financeiras não foram derogados quaisquer disposições que regulamentam as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das informações disponibilizadas.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2010 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações acumuladas.

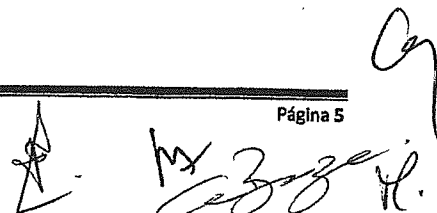
Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao seu custo de aquisição deduzido de depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível, pelo método da linha reta de uma forma consistente de período a período e de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras Construções	50
Equipamento Básico	6
Equipamento de Transporte	5
Equipamento administrativo	6
Equipamento Informático	5
Programas de Informática	3

b) Inventários

As mercadorias encontram-se valorizadas pelo custo líquido, utilizando-se o custo "FIFO" como fórmula de custeio. Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido.



c) Instrumentos financeiros

• **Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, através da liquidação, cancelamento ou expiração. Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetivo e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

• **Dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessam as obrigações decorrentes dos contratos, através da liquidação, cancelamento ou expiração.

• **Caixa e depósitos bancários**

Os montantes incluídos em “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, de depósitos à ordem, depósitos a prazo e a outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Como todos os depósitos tem vencimentos inferiores a um ano são reconhecidos no ativo corrente.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável.

e) Regime de acréscimo

Os gastos e os rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento. De acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registados nas rubricas “outras contas a receber e a pagar” ou “diferimentos”.

Na Fundação foram calculados acréscimos de rendimentos – rendas a cobrar e acréscimos de custos – remunerações a liquidar e respetivos encargos sociais referentes ao mês de férias e subsídio de férias.

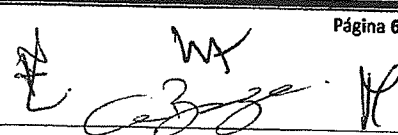
f) Rédito

A Fundação não teve só, em 2022 e 2023, prestações de serviços, mas teve também outros réditos: vendas, subsídios e outros rendimentos decorrentes da atividade ordinária. Todos os réditos são reconhecidos pelo justo valor, entendendo-se como tal o que foi fixado entre as duas partes contratantes numa base de independência.

g) Subsídios

Os subsídios são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe não só uma garantia razoável de que irão ser recebidos como também que a Fundação irá cumprir as condições exigidas para a sua concessão.

A Fundação tem tido dois tipos de subsídios. Os subsídios relacionados com o rendimento recebidos através do IEFP e de outras entidades estatais, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios à Exploração” da demonstração de resultados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior onde serão rendimentos desse período.





Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis – projeto Lar e UCC, projeto Proder e projeto InoAlentejo são reconhecidos em fundos patrimoniais. A utilização destes subsídios como proveitos é anual e proporcional às depreciações anuais dos diversos Projetos

h) Imposto sobre o rendimento do período

Sendo a Fundação uma associação sem fins lucrativos está isenta de tributação.

Apesar disso, as declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Administração Fiscal durante um período de quatro anos, pelo que as Declarações relativas aos anos 2020 a 2023 poderão vir ainda ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções resulte um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante o período não houve mudanças de políticas contabilísticas e os erros contabilísticos detetados em relação a períodos anteriores são de montantes pouco relevantes.

5. Ativos fixos tangíveis

As bases de mensuração, o método de depreciação usado, bem como as vidas úteis e as respetivas taxas de depreciação usadas dos ativos fixos tangíveis estão definidas no ponto 3.1.a).

A reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período é a seguinte:

	2022						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 01-01-2022	3.028.100,39	7.195.814,69	651.853,01	212.799,54	67.808,67	64.250,67	11.220.626,97
Alienações	0,00	-55.320,24	0,00	0,00	0,00	0,00	-55.320,24
Saldo em 31-12-2022	3.028.100,39	7.140.494,45	651.853,01	212.799,54	67.808,67	64.250,67	11.165.306,73
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 01-01-2022	0,00	1.758.830,20	662.784,95	188.687,36	40.050,28	4.854,77	2.655.207,56
Adições	0,00	132.303,85	21.729,25	14.552,16	685,83	0,00	169.271,09
Alienações	0,00	-38.188,86	0,00	0,00	0,00	0,00	-38.188,86
Saldo em 31-12-2022	0,00	1.852.945,19	684.514,20	203.239,52	40.736,11	4.854,77	2.786.289,79
QUANTIA ESCRITURADA	3.028.100,39	5.287.549,26	-32.661,19	9.560,02	27.072,56	59.395,90	8.379.016,94

	2023						
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Total
QUANTIA ESCRITURADA BRUTA:							
Saldo em 01-01-2023	3.028.100,39	7.140.494,45	651.853,01	212.799,54	67.808,67	64.250,67	11.165.306,73
Retiradas	0,00	-22.934,09	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.934,09
Saldo em 31-12-2023	3.028.100,39	7.117.560,36	651.853,01	212.799,54	67.808,67	64.250,67	11.142.372,64
DEPRECIACÕES ACUMULADAS:							
Saldo em 01-01-2023	0,00	1.852.945,19	684.514,20	203.239,52	40.736,11	4.854,77	2.786.289,79
Adições	0,00	131.946,30	10.371,92	13.196,32	426,81	0,00	155.941,35
Retiradas	0,00	-22.369,28	0,00	0,00	0,00	0,00	-22.369,28
Saldo em 31-12-2023	0,00	1.962.522,21	694.886,12	216.435,84	41.162,92	4.854,77	2.919.861,86
QUANTIA ESCRITURADA	3.028.100,39	5.155.038,15	-43.033,11	-3.636,30	26.645,75	59.395,90	8.222.510,78

A depreciação acumulada no final do período é a seguinte:

Depreciação acumulada	31-12-2023	31-12-2022
Edifícios e outras construções	1.962.522	1.852.945
Equipamento básico	694.886	684.514
Equipamento de transporte	216.436	203.240
Equipamento administrativo	41.163	40.736
Outros ativos	4.855	4.855
Total	2.919.862	2.786.290

Em 2011 foi feita uma revalorização técnica aos Terrenos e aos Edifícios. Os valores destes ativos nunca tinham sido reavaliados. A revalorização teve com base o preço do mercado, mas utilizando, por um princípio de prudência, um fator de correção de 75%.

O impacto desta operação foi de 3.174 mil euros, tendo como contrapartida um acréscimo nos Fundos Patrimoniais – Excedentes de Revalorização.

6. Financiamento Obtidos

A base de mensuração está descrita no ponto 3.1 c).

A Fundação contraiu em 2009 um empréstimo de longo prazo junto à Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Aljustrel e Almodôvar. Este empréstimo teve como finalidade a construção do Lar e da UCC e aquisição dos respetivos equipamentos. O valor do empréstimo tinha como limite 1,9 milhões de euros. O prazo de amortização contratado é de 20 anos, com os dois primeiros anos de carência. A taxa de juro é a taxa Euribor a 12 meses, acrescido de um spread de 2,75%. A garantia dada pela Fundação teve com base 2 prédios designados por Herdade da Aguentinha e por Herdade do Monte Coito. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 940 mil euros.

Em março de 2013, contraiu novo empréstimo de 600 mil euros junto à mesma entidade bancária para fazer face ao projeto do Lar – 2ª fase. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 204 mil euros.

Em setembro de 2013, voltou a contrair novo empréstimo na mesma entidade bancária no valor de 300 mil euros. A 31 de Dezembro de 2023 o valor em dívida era 281 mil euros.

Em abril de 2014 foi contraído um novo empréstimo junto à Caixa Agrícola de 330 mil euros. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 229 mil euros.

Em dezembro de 2015 contraiu novo empréstimo de 250 mil euros junto à mesma entidade. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 165 mil euros.

Para fazer face à aquisição de equipamento para a UCC foi contraído um empréstimo junto ao Montepio Geral no valor de 115.776,69. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 3 mil euros.

Em outubro de 2016 foi contraído novo empréstimo junto à Caixa Agrícola no valor 320 mil euros pelo prazo de 15 anos com a taxa de juro de 5%, atualizado, entretanto para 2,85%. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 238 mil euros.

Em dezembro de 2017 voltou a contrair contraído novo empréstimo junto à Caixa Agrícola no valor 300 mil euros pelo prazo de 15 anos com a taxa de juro de 5%, entretanto atualizada para 2,85%. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 232 mil euros.

Em junho de 2018 contraiu novo empréstimo junto da Caixa Agrícola no valor de € 150.000,00, com taxa de juro Euribor a 6 meses, e spread de 2,85%, pelo prazo de 15 anos. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era de 120 mil euros.

Em outubro de 2021 contraiu novo empréstimo contraído novo empréstimo junto da Caixa Agrícola no valor de € 400.000,00, com juro Euribor 6 meses e com um spread de 3,85%. O valor aberto em 31 de dezembro de 2023 era de 349 mil euros.

Os empréstimos contraídos em 2013 e 2014 são por 20 anos, com taxa de juro Euribor 6 meses e com um spread de 2,85%

O empréstimo contraído em 2015 foi por 15 anos, com taxa de juro Euribor 12 meses e com um spread de 5,00%, atualmente fixado em 3,85%.

Em outubro de 2017 foi feita uma operação de *Factoring* junto ao Millenium BCP para receber antecipadamente as faturas emitidas à ARS. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 54 mil euros.

Em março de 2021, contraiu no novo empréstimo junto ao Millenium BCP com o valor inicial de 150.000 mil euros. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 112 mil euros.

Em junho de 2021 foram feitas duas operações de leasing para aquisição de uma Central Telefónica com o valor inicial de 56.999€. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 6 mil euros.

Em maio de 2021 foi feito um leasing junto da RCI no valor de 47.487,00€, para aquisição de três viaturas comerciais. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era de 3 mil euros.

Em março de 2022 foi feito um leasing junto à Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo no valor de 15.995,28€ para aquisição de uma viatura comercial. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era de mil euros.

Em janeiro de 2023 foi feita uma operação de *Factoring* junto à Caixa Agrícola no valor máximo de 125 mil. . O empréstimo foi por 2 anos, com taxa de juro Euribor com um spread base 6,715%. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 125 mil euros.

Em setembro de 2023, contraiu no novo empréstimo junto à CGD com o valor inicial de 80.000 mil euros. O empréstimo foi por 7 anos, com taxa de juro Euribor com um spread base 4,49%. O valor em aberto em 31 de dezembro de 2023 era 77 mil euros.

Em 2023 o custo financeiro – juros foi de 187 mil euros (102 mil euros em 2022).

7. Réditos

A base de mensuração está descrita no ponto 3.1 f). As componentes são as seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
Vendas	76.185,00	84.670,41
Prestação de serviços	1.848.563,16	1.723.605,62
Subsídios	450.825,73	454.023,93
Outros proveitos	209.722,36	287.645,72
Juros e outros proveitos financeiros	1,18	19,49
Total	2.585.297,43	2.549.965,17

As prestações de serviços foram feitas no mercado interno e decorreram no âmbito das atividades da Fundação:

	31-12-2023	31-12-2022
Comparticipação direta dos utentes:	704.315,23	654.595,45
Centro de Dia	5.676,10	3.432,00
Apoio Domiciliário	23.176,57	23.165,52
ERI	437.082,45	317.547,75
UCCI	238.380,11	310.450,18
ARS	1.054.642,66	943.075,22
UCCI	1.054.642,66	943.075,22
Serviços da Casevelimpa	68.940,56	77.917,39
Outros serviços	20.664,71	48.017,56
Total	1.848.563,16	1.723.605,62

8. Subsídios

A base de mensuração está descrita no ponto 3.1 g). Os subsídios, que foram contabilizados como ganhos no período, tiveram a seguinte origem:

	31-12-2023	31-12-2022
Segurança Social	431.680,04	426.519,75
IEFP	19.145,69	19.496,18
Outras entidades	0,00	8.008,00
Total	450.825,73	454.023,93

A comparticipação da Segurança Social, por valências, foi a seguinte:

	31-12-2023	31-12-2022
Centro de Dia	3.274,49	3.232,12
Apoio Domiciliário	51.199,31	59.371,56
ERI	246.341,64	247.866,22
UCCI	127.775,74	112.849,75
POAPMC	3.088,86	3.122,47
Outos apoios	0,00	77,63
Total	431.680,04	426.519,75

9. Benefícios dos empregados

O número médio de empregados em 2023 foi de 98 funcionários.

Os órgãos sociais têm a seguinte composição; Administração – 5 elementos e Conselho Fiscal – 3 elementos.

Os elementos dos órgãos, de acordo com o testamento, recebem um valor fixo mensal a título de remunerações. Todos os membros dos órgãos sociais recebem senhas de presença nas reuniões onde participam.

10. Informações sobre contas do Balanço

10.1. Outros ativos financeiros

Esta conta engloba principalmente a coleção de moedas e peças de ouros deixados pelo Testamentário à Fundação.

10.2 Inventário

Esta conta reflete o valor de existências finais de materiais diversos, material hospital e produtos de limpeza e outros consumíveis para apoio aos utentes.

10.3 Clientes e Utentes

Esta conta representa os valores em dívida dos utentes das diversas valências, da dívida dos clientes da valência Casevelimpa, da dívida do Estado resultante da comparticipação do Estado (Segurança Social e ARS) e da dívida clientes diversos.

As estas dívidas são normalmente saldadas nos dois meses seguintes.

10.4 Estado – ativo e passivo

No ativo, esta conta reflete o valor do IVA a recuperar.

No passivo, os valores em aberto são os seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	11.427,00	12.524,20
Imposto sobre o valor acrescentado	2.990,65	3.250,01
Contribuição para a Segurança Social	89.095,50	96.218,11
Total Passivo	103.513,15	111.992,32

Não existem dívidas em mora ao Estado.

10.5 Outras contas a receber

Esta conta representa para além do saldo devedor de "outras contas a receber" também o saldo devedor dos "fornecedores".

10.6 Diferimentos

Esta conta representa diversos pagamentos ocorridos em 2023.

10.7 Caixa e depósitos bancários

A Fundação só tem depósitos em bancos nacionais e em euros.

	31-12-2023	31-12-2022
Caixa	514,46	3.011,34
Depósitos à ordem	6.580,83	31.928,41
Depósitos prazo	62.527,03	62.527,03
Total Passivo	69.622,32	97.466,78

10.8 Fundos patrimoniais

Os Fundos representam o valor que existia em 1986 nos fundos patrimoniais quando entrou em vigor o IRC e o POC e a Fundação a ter escrita organizada.

Os Excedentes de revalorização representam o valor da reavaliação que foi feita aos terrenos e aos edifícios da Fundação (ver Notas 2.4 e 5).

As Outras variações representam os ajustamentos feitos de acordo com o SNC (-33.807,57€) e também o valor dos subsídios dos projetos InoAlentejo (255.234€) e Lar (812.018€).

A evolução dos fundos patrimoniais foi a seguinte

Descrição	FUNDOS PATRIMONIAIS					
	Fundos	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 01.01.2022	267.204,66	3.173.553,00	198.827,76	1.240.080,63	17.793,98	4.897.460,03
Alterações no período:						
Utilização anual dos subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00	-103.317,73	0,00	-103.317,73
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	53.028,61	0,00	0,00	53.028,61
Aplicação de resultados líquidos do período anterior	0,00	0,00	17.793,98	0,00	-17.793,98	0,00
	267.204,66	3.173.553,00	269.650,35	1.136.762,90	0,00	4.847.170,91
Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	52.024,25	52.024,25
Posição no final do período 31.12.2022	267.204,66	3.173.553,00	269.650,35	1.136.762,90	52.024,25	4.899.195,16

Descrição	FUNDOS PATRIMONIAIS					
	Fundos	Excedentes de revalorização	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período 01.01.2023	267.204,66	3.173.553,00	269.650,35	1.136.762,90	52.024,25	4.899.195,16
Alterações no período:						
Utilização anual dos subsídios de investimento	0,00	0,00	0,00	-103.317,73	0,00	-103.317,73
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	0,00	0,00	40.555,05	0,00	0,00	40.555,05
Aplicação de resultados líquidos do período anterior	0,00	0,00	52.024,25	0,00	-52.024,25	0,00
	267.204,66	3.173.553,00	362.229,65	1.033.445,17	0,00	4.836.432,48
Resultado líquido do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	-76.132,10	-76.132,10
Posição no final do período 31.12.2023	267.204,66	3.173.553,00	362.229,65	1.033.445,17	-76.132,10	4.760.300,38

10.9 Fornecedores

Em 2023, as dívidas a fornecedores mantiveram-se com valores idênticos aos dos anos anteriores. Todas as dívidas são pagas normalmente dentro do prazo acordado com os fornecedores.

10.10 Outras contas a pagar

As componentes desta rubrica são as seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
Acréscimos de custos - Remunerações a pagar	187.865,18	181.928,46
Outros	176.191,65	114.347,61
Total	364.056,83	296.276,07

Os "outros" representa o somatório dos saldos credores "clientes", "pessoal" e de "outras contas a pagar".

Os acréscimos de custos representam a especialização de custos (ver Nota 3.1.e).

11 Informações sobre contas da Demonstração de Resultados (por natureza)

11.1 Custos dos matérias diversos consumidos

Em 2022 e 2023, os diversos materiais, material hospital, produtos de limpeza e outros consumíveis, continuam a ser não da conta 62, mas sim na conta 61. Esta contabilização proporciona um melhor controlo destes materiais.

11.2 Fornecimentos e serviços externos

Os valores das principais rubricas são os seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
Trabalhos especializados	167.213,95	153.984,02
Publicidade e propaganda	25,00	399,75
Vigilância e segurança	3.678,60	5.226,33
Honorários	604,57	2.284,37
Outros serviços	142.831,29	52.344,40
Conservação e reparação	19.575,90	32.008,23
Ferramentas e utensílios	11.267,72	7.184,09
Material de escritório	75,17	96,68
Outros materiais	12.665,26	24.175,02
Materiais de saúde	1.351,32	6.286,38
Electricidade	48.192,28	76.000,63
Água	17.600,10	16.370,76
Combustíveis	35.733,94	36.384,42
Outros fluidos	17.286,83	14.955,36
Alugueres	16.184,74	14.492,91
Comunicação	19.316,87	19.859,77
Seguros	11.049,74	10.830,45
Contencioso e notariado	2.021,16	125,61
Limpeza, higiene e conforto	5.844,51	6.010,41
Outros	15.680,19	8.358,28
Total	548.199,14	487.377,87

Nos Trabalhos Especializados o custo mais importante (161 mil euros) é originado pelo fornecimento das refeições por uma entidade externa – a empresa ITAU.

Nos Outros Serviços estão incluídos os custos com os serviços de saúde (médicos, enfermeiros e outros profissionais). Os Materiais de saúde incluem os custos com a aquisição de medicamentos, roupa e material de fisioterapia. Os custos de Limpeza, higiene e conforto incluem maioritariamente os produtos de higiene e conforto que são utilizados pelos utentes do ERI e da UCCI.

11.3 Gastos com o pessoal

As principais componentes dos Gastos com o pessoal são as seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
Remunerações dos órgãos sociais	3.406,96	4.095,21
Remunerações do pessoal	1.357.609,38	1.363.938,26
Encargos sobre as remunerações	276.025,14	281.966,82
Seguro de acidentes no trabalho	29.751,40	37.139,43
Outros custos	0,00	221,41
Total	1.666.792,88	1.687.361,13

Nas remunerações aos Órgãos sociais estão incluídas as senhas de presença.

11.4 Outros gastos e perdas

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	31-12-2023	31-12-2022
Quotizações	800,00	1.172,00
Outros	11.421,18	10.978,32
Total	12.221,18	12.150,32

Nos Outros Gastos está incluído o pagamento do IMI – 5 mil euros, valor igual ao verificado em 2022.

11.5 Outros rendimentos e ganhos

As principais componentes de Outros rendimentos e ganhos são as seguintes:

	31-12-2023	31-12-2022
Proveitos suplementares	594,60	0,00
Rendas	88.935,02	103.227,12
Alienações	0,00	70.368,62
Utilização anual dos subsídios de investimento	103.317,73	103.317,73
Donativos	16.875,01	10.730,06
Outros	0,00	2,19
Total	209.722,36	287.645,72

11.6 Proveitos Financeiros

Esta conta representa os juros originados nos depósitos bancários.

11.7 Custos Financeiros

Esta conta representa os juros e outros custos financeiros suportados e originados pelos empréstimos bancários. Em 2022 totalizavam 102 mil euros e em 2023 totalizavam 187 mil euros.

12. Outras informações sobre contas da Demonstração de Resultados (por funções)

Como a Fundação é uma entidade prestadora de serviços sociais, a Demonstração de Resultados por funções não é essencial e demonstrativa, sendo tudo idêntico à Demonstração de Resultados por natureza pois só tem uma função que é a prestação de serviços.

As diferenças são:

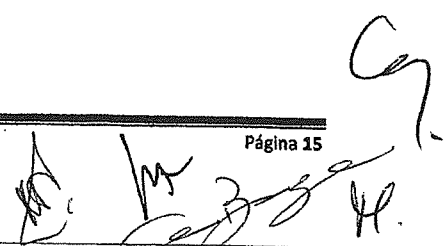
- As Vendas e serviços prestados englobam os ganhos oriundos das prestações de serviços e dos subsídios à exploração.
- Os Custos das vendas e dos serviços prestados englobam os fornecimentos e serviços externos, os gastos com o pessoal e as depreciações.

13. Informações sobre as rubricas da Demonstração de Fluxos de Caixa

As principais componentes dos Fluxos de Caixa referem-se aos recebimentos e os pagamentos das atividades operacionais. A Fundação continua a ter necessidade de recorrer aos financiamentos bancários.

14. Acontecimentos subsequentes

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.



15. Outras Informações – Demonstração de Custos por Valência

Como existem custos que ainda não foi possível imputar diretamente, a Fundação utilizou em 2023 os seguintes critérios:

- Nas valências sociais, as comparticipações de utentes e os subsídios também são imputados diretamente.
- Nos gastos, a chave de repartições utilizada tem a ver com os custos históricos por valência, tendo em atenção o número de funcionários e de utentes por cada valência. A Fundação utiliza o SAFT na contabilização das faturas, este método não permite a imputação direta aos centros de custo das valências.

Rendimentos e Gastos	Geral	SAD	CD	ERPI	UCC	TOTAL
Vendas e Serviços Prestados	154.639,34	23.176,57	5.676,10	437.082,45	1.304.173,70	1.924.748,16
Subsídios à exploração	5.960,71	51.199,31	3.274,49	253.999,92	136.391,30	450.825,73
Prestação de Serviços - Estado	3.088,86	51.199,31	3.274,49	246.341,64	127.775,74	431.680,04
IEFP	2.871,85	0,00	0,00	7.658,28	8.615,56	19.145,69
Custo Merc. Vendidas e Mat. Consumidas	0,00	0,00	0,00	36.537,30	54.805,96	91.343,26
Fornecimentos e Serviços Externos	20.870,07	10.960,19	1.240,05	180.275,40	334.853,43	548.199,14
Gastos com Pessoal	134.418,79	44.806,26	17.922,50	663.132,65	806.512,68	1.666.792,88
Provisões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	72.940,12	2.660,12	10.214,85	76.486,60	47.420,67	209.722,36
Outros	72.940,12	2.660,12	10.214,85	6.384,28	14.205,26	106.404,63
Subsídios ao Investimento	0,00	0,00	0,00	70.102,32	33.215,41	103.317,73
Outros Gastos e Perdas	8.812,69	0,00	0,00	353,19	3.055,30	12.221,18
Resultado antes de depreciações, financiamento e impostos	69.438,62	21.269,55	2,89	-112.729,57	288.758,30	266.739,79
Gastos/reversão de depreciação e amortização	26.525,62	1.543,82	0,00	46.782,41	81.089,50	155.941,35
Resultado operacional antes de financiamento e impostos	42.913,00	19.725,73	2,89	-159.511,98	207.668,80	110.798,44
Juros e rendimentos similares obtidos	1,18	0,00	0,00	0,00	0,00	1,18
Juros e gastos similares suportados	8.972,72	2.243,19	0,00	41.386,75	134.329,36	186.932,02
Resultados antes de impostos	33.941,46	17.482,54	2,89	-200.898,73	73.339,44	-76.132,40
Impostos sobre o rendimento do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Líquido do Período	33.941,46	17.482,54	2,89	-200.898,73	73.339,44	-76.132,40

16. Outras Informações – Perspetivas futuras

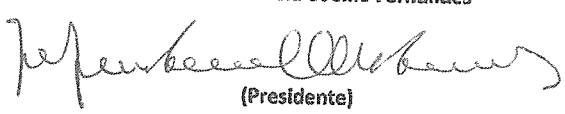
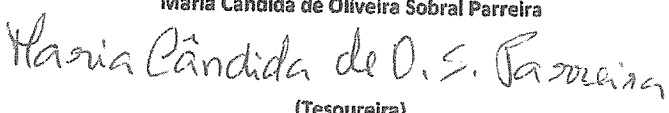

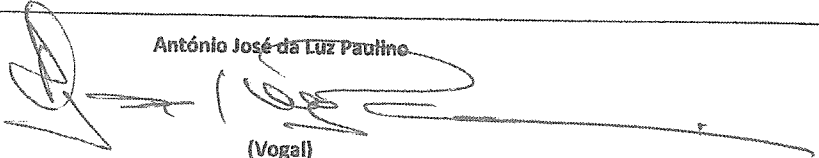
O futuro da Fundação passa, para além do apoio e profissionalismo dos seus trabalhadores, bem como do apoio das instituições públicas e das entidades bancárias, de ser encontrada uma solução que permita inverter os resultados negativos dos últimos anos. Uma das possibilidades em aberto é o arrendamento de prédios rústicos para instalação de painéis solares.

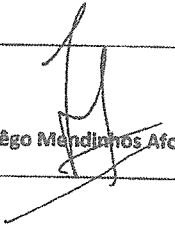
Esta solução está a ser estudada desde 2020 e os entraves existentes até 2023, nomeadamente pareceres positivos do município e da Direção Geral do Ambiente, parecem ter sido ultrapassados. A Fundação está agora a ultimar um acordo com uma entidade bancária que irá permitir fechar este processo.

17. Atraso de apresentação de contas

Se no período 2019 a 2022, o atraso ficou a dever-se à pandemia da COVID-19, resultantes dos fortes impactos que esta teve no funcionamento da instituição e das suas respostas sociais e de saúde e pelos graves constrangimentos no que respeita à disponibilidade dos recursos humanos e da realização dos normais procedimentos de índole administrativa e financeira. Em 2023, o atraso é originado essencialmente pela ainda carência dos recursos humanos afetos às áreas administrativas e financeiras.

Casével, 4 de setembro de 2024

A Administração:
José Manuel Pineia Coelho Fernandes  (Presidente)
Maria Cândida de Oliveira Sobral Parreira  (Tesoureira)
Ana Maria Sobral Banza  (Secretário)
António José Rosa de Brito (Vogal)
 António José da Luz Paulino (Vogal)

O Contabilista Certificado N.º 14.413
 João Manuel Rêgo Mendinhos Afonso

Ata do Conselho Fiscal de 28 de outubro de 2024

Aos 28 dias do mês de outubro de 2024, pelas 18:00 horas, na sede social da instituição, reuniu o Conselho Fiscal da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, em reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Análise e parecer sobre as Contas da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, relativas ao ano económico de 2023.

Estiveram presentes os senhores Dr. José Carlos Belchior Nobre de Brito, Presidente, António Francisco Silva Ribeiro, Vogal, Dr^e Filipe Jorge Martins Piçarra Pombeiro, Relator.

Esteve ainda presente os Senhor Jorge Santos, Chefe dos Serviços Gerais de Património.

O conselho Fiscal tomou conhecimento das razões que justificaram o atraso verificado na apresentação das contas do exercício de 2023, que se prenderam com dificuldade de pessoal Administrativo, compreendendo as dificuldades sentidas pelos serviços, mas chamando a atenção para a necessidade de cumprir os prazos legais.

Depois de analisado o conjunto de documentos apresentados, nomeadamente a Demonstração de Resultados do Exercício de 2023 e o Balanço a 31 de dezembro de 2023 e respetivos anexos, o Conselho Fiscal, deliberou aprovar por unanimidade o seguinte parecer:

Parecer

O Conselho Fiscal da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, NIPC: 500847320, reunido em sessão ordinária no dia 30 de outubro de 2024, pelas 18:00 horas, depois de analisar os diversos documentos que suportam as contas do exercício de 2023, **delibera dar parecer positivo às referidas contas**, que estão conformes com a legislação em vigor, bem como à Demonstração de Resultados do Exercício de 2023, Balanço a 31 de Dezembro de 2023 e respetivos anexos, que espelham com coerência a situação económica e financeira da instituição.

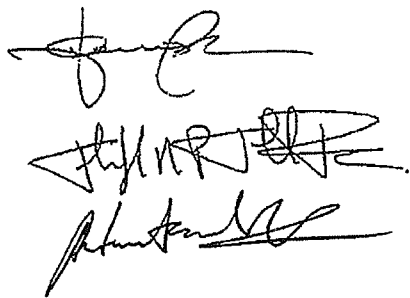
Tendo em conta as dificuldades inerentes ao elevado endividamento da instituição, a que corresponde um serviço da dívida penalizante para a gestão da Fundação.

O Conselho Fiscal, questiona mais uma vez que o desejável equilíbrio das contas da instituição, dependerá claramente da redução do endividamento da



Fundação, nomeadamente do endividamento bancário, pelo que seria aconselhável que essa redução se realizasse no mais breve tempo possível.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu por finda a sessão, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do Conselho Fiscal presentes.



Three handwritten signatures in black ink, arranged vertically. The top signature is a cursive name. The middle signature is a cursive name with a large initial 'A'. The bottom signature is a cursive name.

Ata nº40/2024

Aos trinta e um dias do mês de outubro de 2024, pelas 14,00 horas, na sede social da instituição, reuniu o Conselho de Administração da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, em reunião ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Análise e aprovação das Contas e respetivos Anexos relativos ao exercício de 2023 da Fundação Joaquim António Franco e seus Pais, relativas ao ano económico de 2023.

Estiveram presentes os senhores, José Manuel Pinela Coelho Fernandes, Presidente, Maria Cândida de Oliveira Sobral Parreira, Tesoureira, Ana Maria Sobral Banza, Secretária, António José da Luz Paulino, Vogal, esteve ausente o senhor António José Rosa de Brito, Vogal.

Esteve ainda presente os Senhor Dr. João Afonso, Técnico Oficial de Contas.


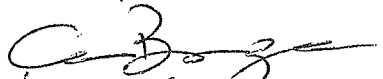
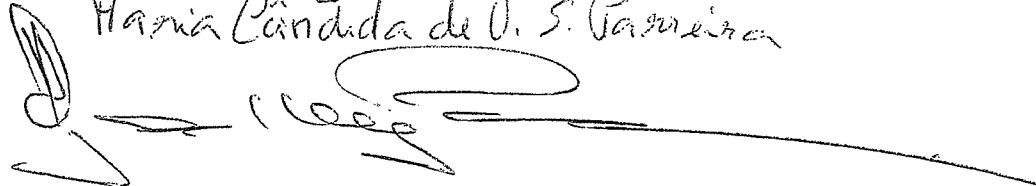
Aberta a sessão pelo senhor Presidente, foi dada a palavra ao senhor João Manuel Rego, que começou por afirmar que os serviços assumem e realçam o atraso verificado na apresentação das demonstrações financeiras e respetivos anexos referentes ao exercício de 2023, cuja a entrega deveria acontecer até 30 de junho de 2024, por motivos que se prenderam, por falta de Pessoal Administrativo, isso permitiu que o (Roc) Revisores Oficiais de Contas, não estivessem os documentos a tempo, para poderem trabalhar. Passados todos estes constrangimentos dos anos anteriores, prevê-se que as contas do ano 2024 sejam entregues dentro dos respetivos prazos legais.

Depois de analisado o conjunto de documentos apresentados, nomeadamente a Demonstração de Resultados do Exercício de 2023, Balanço a 31 de Dezembro de 2023 e respetivos anexos, e tendo em conta o parecer do Conselho Fiscal, a senhor Presidente José Manuel Pinela Coelho Fernandes, pôs à votação as contas de gerência relativas ao ano económico de 2023, as quais apresentam um resultado negativo de €76.132.40 (Setenta e seis mil cento e trinta e dois euros e quarenta cêntimos).

Apesar dos resultados negativos, o Conselho de Administração releva o facto de que o Balanço a 31 de Dezembro de 2023, dá garantias de que a Fundação poderá continuar a cumprir as suas responsabilidades de curto, médio e longo prazo, prosseguindo os objectivos de apoio social constantes do espírito com que foi fundada há mais de cinquenta anos.

Tendo em conta o exposto, o Conselho de Administração deliberou por unanimidade aprovar as contas de gerência do exercício de 2023, por estarem conforme a legislação aplicável e reflectirem a situação económica e financeira da Fundação.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente José Manuel Pinela Coelho Fernandes deu por finda a sessão, da qual se lavrou a presente Acta, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos membros do Conselho de Administração presentes.



Maria Cândida de O. S. Passos




FUNDAÇÃO JOAQUIM ANTÓNIO FRANCO E SEUS PAIS

**REVISÃO LEGAL DAS CONTAS
EXERCÍCIO DE 2023**

Sede: Edifício Zenith | Rua Dr António Loureiro Borges, nº 9/9A -10º | Arquiparque - Miraflôres | 1495-131 Oeiras - Portugal | T. + 351 213 249 490 |
dfk.lisboa@dfk.com.pt | www.dfk.pt

DFK & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda | NIPC e Matricula na CRC de Lisboa | 504012681 | Capital Social 482.700,00 Euros
Inscrição na OROC nº 149 | Inscrição na CMVM nº 20161460 | Associada independente da Associação DFK Portugal, national member da DFK International

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Fundação Joaquim António Franco e seus Pais* ("Entidade" ou "Fundação"), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, (que evidencia um total de 8.785.560 euros e um total de fundos patrimoniais de 4.760.300 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 76.132 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações dos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases Para a Opinião com Reservas", as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Fundação Joaquim António Franco e seus Pais*, em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

1. A Fundação utiliza o programa SAGE na gestão comercial, o qual não se encontra integrado com a contabilidade. O mapa de pendentes disponibilizado com referência a 2 de setembro de 2024 apresenta um valor superior em cerca de 95.000 euros (2023: 67.000 euros) ao valor registado na contabilidade na rubrica "Clientes". Decorrente do sistema da Gestão Comercial não extrair histórico e da falta de reconciliação entre sistemas, não nos é possível verificar se à data de 31 de dezembro de 2023 se encontram por registar mais valores por receber além dos identificados, pelo que esta situação constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho de revisão legal das contas.

2. Conforme referido na nota 5 do anexo às contas, em 2011 existiu uma revalorização técnica aos terrenos e aos edifícios da Fundação, tendo, numa ótica de prudência, sido assumido 75% do valor apurado nessa avaliação. O registo desta revalorização representou um acréscimo do Ativo e dos Fundos Patrimoniais na ordem dos 3.174.000 euros (1.907.457 euros em terrenos e 1.266.096 euros em edifícios e outras construções). Entendemos que a documentação de suporte da avaliação disponibilizada não nos permite validar o valor da revalorização efetuada pela Fundação em 2011 e que à data de balanço corresponde a um ativo líquido no montante aproximado de 1.966.000 euros e fundos patrimoniais no valor de 3.174.000 euros.

3. Os Fundos Patrimoniais da Fundação, incluem na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", um montante aproximado de 1.033.500 euros que reflete o registo de dois subsídios ao investimento, não reembolsáveis, obtidos em exercícios anteriores, relacionados com ativos fixos tangíveis – projeto Lar e UCC. A demonstração de resultados do exercício inclui o registo dos rendimentos associados a estes subsídios ao investimento no montante aproximado de 103.000 euros. Até à presente data, não foi disponibilizado o detalhe dos bens cofinanciados e os respetivos contratos que suportem o referido saldo e rédito, pelo que esta situação constitui uma limitação ao âmbito do nosso trabalho de revisão legal das contas.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

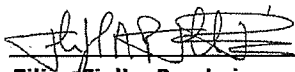
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre o relatório de atividades**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referida na secção "Bases para a opinião com reservas" do Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Miraflores, 18 de outubro de 2024



Filipe Fialho Pombeiro
(ROC n.º 1776, inscrito na CMVM sob o n.º 20161619)
em representação da DFK & Associados, SROC, Lda

RELATÓRIO DE ATIVIDADE 2023

1. Introdução

A Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais António Franco Ribeiro e Maria Castelo Franco Ribeiro, adiante por Fundação, foi constituída em 18 de maio de 1961 para cumprimento testamentário de Joaquim António Franco.

Tem sede social na Rua 5 de Outubro, nº 10 em Casével – Castro Verde.

O seu objeto social é apoiar e proteger os idosos residentes em Casével e concelhos limítrofes mediante a prestação de serviços a este grupo etário. A sua atividade principal é “Atividades de apoio social para pessoas idosas com alojamento” – CAE 87301.

A Fundação é uma IPSS tutelada pelo Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os órgãos sociais são:

- O Conselho de Administração composto por cinco elementos: Presidente do Município de Castro Verde, Presidente da União de Freguesias de Castro Verde e Casével e 3 elementos familiares de Joaquim António Franco;
- O Conselho Fiscal composto por três elementos

A Fundação tem tido, após 2009, resultados negativos resultantes originados diretamente pela construção de 2 edifícios, um em 2009 e outro em 2012, que albergam um Estabelecimento Residencial e uma Unidade de Cuidados Continuados. A Unidade teve um lucro de 73 mil euros em 2023. Pelo contrario o Estabelecimento Residencial teve um prejuízo de 200 mil euros em 2023,

Estas duas valências sociais são apoiadas pela Segurança Social e pela ARS.

Os apoios dados por estas duas entidades conjuntamente com as receitas oriundas dos utentes não cobrem os custos gerados na Fundação por estas duas valências.

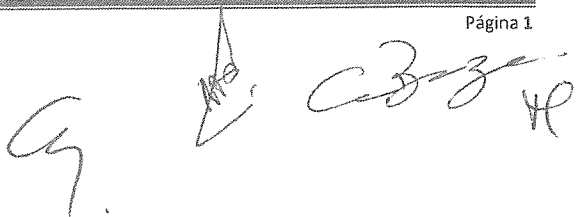
Para além destas duas valências, a Fundação tem outras duas: Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Ambas são apoiadas pela Segurança Social.

Em 2003, foi criada uma empresa de inclusão social – a Casevelimpa que foi apoiada pelo IEFP até 2017.

As outras receitas que a Fundação tem, são originadas pelas rendas dos prédios rústicos e urbanos e pela venda de alguns produtos agrícolas, nomeadamente cortiça e lenha.

Outras receitas esporádicas são a alienação de alguns prédios, principalmente rústicos. Estas alienações têm permitido resolver alguns problemas financeiros, mas não têm solucionados os constantes resultados negativos.

A Fundação tem tido resultados operacionais positivos, 323 mil euros em 2022 e 267 mil euros em 2023.



As dificuldades são os custos financeiros e as depreciações anuais que se refletem no resultado líquido do exercício, 52 mil euros em 2022 e -76 mil euros em 2023.

O resultado líquido de 2022 foi positivo devido essencialmente às mais valias de 70 mil euros obtidas com a alienação de diversos prédios rurais e urbanos

Em 2023, só o Serviço de Apoio Domiciliário e a Serviço de Centro de Dia tiveram ligeiros lucros. Todas as outras valências tiveram resultados negativos.

O número médio de utentes por valência em 2023, foi: Apoio Domiciliário - 13, Centro de Dia – 1, Estabelecimentos Residencial – 48 e Unidade Cuidados Continuados – 40.

A Fundação teve, em média em 2023, 98 trabalhadores.

2. Estabelecimento Residencial, Apoio Domiciliário e Centro de Dia

A) Enquadramento Institucional e Objetivos Gerais

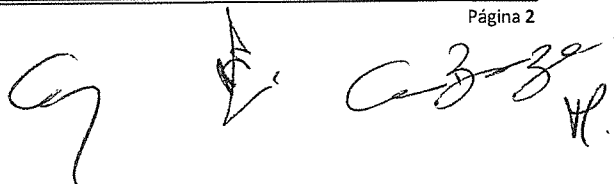
A Fundação Joaquim António Franco e seus Pais é uma instituição particular de solidariedade social criada em 18/05/1961, sediada em Casével, para cumprimento de disposição testamentária de Joaquim António Franco. A sua atividade iniciou em 1995 com as respostas de Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário. Em 2011, concretizou mais um objetivo com a criação das respostas de Lar, com capacidade para 22 utentes e de uma Unidade de Cuidados Continuados com capacidade para 21 utentes.

Em 2015 com uma nova infraestrutura, aumentou a capacidade de ERPI para 48 utentes.

B) Objetivos Gerais

O presente plano de ação foi elaborado com recurso à avaliação diagnóstica da instituição sendo possível elaborar um documento de carácter estratégico fulcral para delinear e definir as estratégias a implementar. A estratégia para o ano de 2023 foi delineada de acordo com os seus princípios de atuação, pelo que, se apoiará num conjunto de objetivos, que constituem os pilares do presente plano: Angariar novos utentes; Manter a qualidade na prestação de serviços; Melhorar a satisfação dos colaboradores; Valorizar o potencial estratégico dos Recursos Humanos; Garantir a melhor gestão dos equipamentos e instalações; Melhorar a satisfação dos utentes; Fomentar a proximidade entre a Instituição e a comunidade envolvente; Promover a sustentabilidade financeira da Instituição.

Continuar-se-á a privilegiar a criação de parcerias, dando resposta a desafios cada vez mais exigentes, razão pela qual iremos dar continuidade ao POAPMC – Distribuição de géneros alimentares, desempenhando a função de entidade coordenadora, contribuindo para uma rede social solidária e operativa. Pretende-se estabelecer parceria com o “Pedalar sem Idade”,



dinamizado pelo CLDS – Castro + Vivo, no sentido de combater o isolamento e solidão de idosos e utentes com mobilidade reduzida.

Ainda no âmbito das parcerias pretende-se estabelecer um protocolo com um novo projeto da Fundação La Caixa e a equipa Beja +, ao nível de um acompanhamento presencial de psicologia. Pretende-se com este apoio minorar a ansiedade, as fragilidades e o agravamento do estado de saúde. Com este apoio prevemos gerir emoções, promover o sentimento de segurança dos utentes, bem como dos colaboradores. As intervenções deste serviço visam contrariar o declínio cognitivo, promover o ajustamento emocional, bem como a promoção de relações interpessoais e da comunicação interpessoal.

A Fundação Joaquim António Franco no âmbito da sua missão, desenvolve um leque alargado de respostas sociais na freguesia, onde se enquadram os serviços prestados às pessoas idosas e suas famílias.

Estas respostas sociais funcionam ligadas entre si, preconizando-se uma gestão organizacional eficaz dos recursos, para obtenção de serviços de qualidade destinados aos utentes e suas famílias.

A Fundação Joaquim António Franco no âmbito da sua missão, desenvolve um leque alargado de respostas sociais na freguesia, onde se enquadram os serviços prestados às pessoas idosas e suas famílias.

Estas respostas sociais funcionam ligadas entre si, preconizando-se uma gestão organizacional eficaz dos recursos, para obtenção de serviços de qualidade destinados aos utentes e suas famílias.

C) Estabelecimento Residencial (ERPI)

A ERPI constitui uma resposta social que proporciona serviços permanentes e adequados às necessidades biopsicossociais das pessoas idosas. O seu principal objetivo é promover o bem-estar físico, social e mental dos seus clientes. Tem como objetivos específicos: Disponibilizar os apoios necessários às famílias dos utentes, no sentido de preservar e fortalecer os laços familiares; contribuir para uma velhice estável, confortável e condigna, permitindo uma vida com maior estabilidade e segurança afetiva; proporcionar ao utente oportunidades para exprimir e desenvolver, individual e coletivamente, as suas capacidades. Esta resposta contempla alojamento coletivo de utilização permanente para pessoas idosas ou outras em situação de maior vulnerabilidade. Destina-se a idosos s/ familiares diretos, idosos c/ familiares diretos, mas sem condições para prestar qualquer tipo de acompanhamento social.

Atualmente a ERPI abrange 48 utentes. Dos quais 38 protocolados com a Segurança Social e as restantes (10) em regime privado.



D) Centro de Dia

Esta resposta social desenvolve-se a partir do equipamento de ERPI, prestando um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção da pessoa idosa no seu meio sociofamiliar. Esta resposta tem como objetivo receber utentes que se encontram inseridos no seu meio, mas que estão em risco de acelerar o processo de envelhecimento. Coadjuva para a manutenção dos utentes no seu meio socio familiar e como objetivo estratégico pretendemos melhorar o bem-estar dos utentes, bem como promover a sua saúde e qualidade de vida.

Através do Centro de Dia proporciona-se serviços adequados às necessidades dos utentes, fomentando relações interpessoais, contribuindo para a promoção da autonomia e por conseguinte o retardamento da institucionalização.

Embora esta resposta tenha capacidade para 21 utentes, apenas 4 vagas são protocoladas.

E) Serviço Apoio Domiciliário

O Serviço de Apoio Domiciliário consiste na prestação de cuidados e serviços a pessoas que se encontram no seu domicílio, em situação de dependência física e/ou psíquica que não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades de vida diária, nem disponham de suporte familiar para o efeito.

Esta resposta tem como principal objetivo a satisfação das necessidades de cada individuo, promovendo assim um aumento da qualidade de vida, de forma a evitar ou retardar a institucionalização.

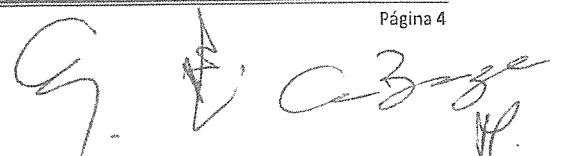
A resposta presta serviços diariamente na localidade de Casével.

Este serviço tem capacidade para 50 utentes, mas com protocolo para 32.

F) Iniciativas projetadas para 2023:

Atividades inerentes à gestão das diferentes respostas sociais:

- Identificar e gerir problemas psicossociais que possam dificultar a vivência do utente em ERPI;
- Apoiar o utente em situação de crise;
- Minimizar a ausência familiar, mantendo as videochamadas via SKYPE;
- Manutenção e operacionalização de visitas e saídas de utentes;
- Apoiar e auxiliar o utente no processo de admissão bem como a sua adaptação;
- Desenvolvimento e construção dos planos individuais e fichas de avaliação;



- Otimizar a utilização do software de gestão de ERPI, MY Sénior, permitindo organizar e melhorar a rotina de registo diário na resposta;

- Continuidade e adaptação do plano de animação sociocultural.

Com estas atividades inerentes às várias respostas pretende-se:

- Minimizar a ansiedade aguda e as fragilidades emocionais;

- Garantir uma prestação de serviços qualificada e competente;

- Fomentar o trabalho em equipa, valorizando e incentivando a participação ativa de todos;

- Manter o atendimento social, privilegiando a informação, acompanhamento e encaminhamento de indivíduos em situação de vulnerabilidade social;

- Gestão de recursos humanos, nomeadamente:

- Elaboração de escalas de serviço;

- Planeamento do mapa de férias anual;

- Reuniões sectoriais com vista à organização de serviços.

Salienta-se ainda:

- Realização e envio de mapas estatísticos mensais para o Centro Distrital da Segurança Social;

- Realização da folha de ponto mensal;

- Realização de domicílios sempre que necessário;

- Actualização da lista de espera;

- Actualização dos processos das diferentes respostas sociais.

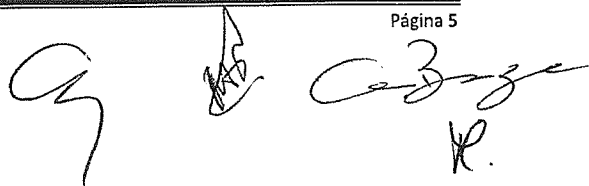
Ainda referente à área social, pretende-se:

- Manter a articulação existente com todos os técnicos da ERPI, de forma a existir um trabalho interdisciplinar;

- Continuar a realizar mensalmente reuniões de equipa, com discussão de casos e planeamento de atividades;

- Realização e Actualização de Planos Individuais de utentes;

- Realização de reuniões sectoriais regularmente com objetivo de mediar problemáticas existentes, envolvendo todos os colaboradores na gestão das respostas, através de críticas e sugestões.



- Plano de formação adaptado às necessidades identificadas, reforçando assim a qualificação profissional dos funcionários. Para 2023 estão projetadas as seguintes formações:

- “Gestão de Conflitos”;

- “Ao encontro das necessidades no cuidar da pessoa com demência”.

No que concerne à Animação Sociocultural:

A Animação Sociocultural é uma das áreas técnicas sociais da Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais. Sendo que as mesmas se desenvolvem com utentes das Valências de Lar e Centro de Dia (CD) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD)

A atividade de Animação tem como principal objetivo promover uma melhor qualidade de vida aos utentes, tendo como objetivo principal os seus gostos e interesses.

As atividades visam proporcionar o relacionamento interpessoal, a valorização da pessoa idosa, combater a solidão, o desenvolvimento da motricidade fina, da precisão manual e da coordenação psicomotora. Contrariar os défices de memória, estimular a mobilidade, providenciar o contacto com a comunidade, despertar a criatividade, entre outros benefícios para os utentes.

As atividades desenvolvidas são divididas entre:

Atelier de memória - treino da escrita, hora do conto, exercícios de memória, jogo de adivinhas e provérbios, sopa de letras, palavras cruzadas;

Atividade Física - exercícios de aquecimentos, exercícios de expressão corporal, jogos tradicionais e desportivos, caminhadas, Boccia, dança;

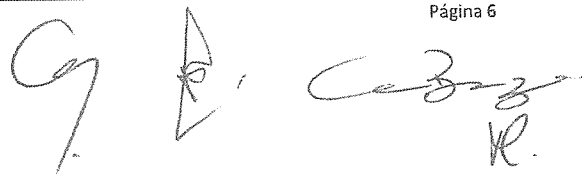
Atelier de Trabalhos Manuais - trabalhos em papel, corte; colagem e pintura, trabalhos com recursos a materiais reciclados, trabalhos com pastas moldáveis (barro, plasticina e massa de moldar); Participação na feira anual de Casével.

Atelier de Costura - saquinhos de feltro, pregadeiras de feltro, saquinhos de cheiro, pequenos arranjos, confeção de pequenos trabalhos para épocas específicas, elaboração de lembranças;

Atelier de Jardinagem - criar um cantinho de ervas aromáticas, cavar, semear, regar, colher plantas;

Atelier de Culinária - confeção de bolinhos secos, confeção dos bolos de aniversários, confeção de doces e marmeladas;

Atividades Lúdicas – manicure, visionamento de filmes, ida ao teatro, museus, feiras, parques naturais, intercâmbios intergeracionais, intercâmbios institucionais, jogos de mesa (bingo, dominó, cartas, jogos lúdicos), passeios de trishaws;



Comemoração de datas Festivas- organizar festas para comemorar os aniversários dos utentes, festas religiosas, festas populares, preparar exposições dos trabalhos manuais, fotografias e espetáculos.

G) POAPMC – Programa de Apoio Pessoas Mais Carenciadas

Este pretende ser um instrumento de combate à pobreza e exclusão social em Portugal. Financiado pelo Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas Mais Carenciadas e pelo Instituto da Segurança Social.

Tem como finalidade apoiar indivíduos ou famílias que se encontrem em situação de carência económica, através da distribuição de géneros alimentares e/ou bens de primeira necessidade.

A candidatura a este programa foi aprovada em 2017, desenvolvendo-se numa parceria concertada entre as seguintes entidades: Lar Jacinto Faleiro, Santa Casa da Misericórdia de Mértola, Santa Casa da Misericórdia de Aljustrel e a Cooperativa de Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas e Solidariedade Social - CERCICOA.

A Fundação Joaquim António Franco enquanto entidade coordenadora assume também a função de polo de recepção. A esta compete receber e armazenar os géneros alimentares, garantindo a respetiva entrega nas instalações das entidades mediadoras que os distribuem diretamente aos destinatários finais. Cumpre-nos também coordenar a parceria e proceder à articulação com a autoridade de gestão, receber o financiamento atribuído, geri-lo e transferi-lo para as organizações parceiras.

Responsabiliza-se por atingir um nº de destinatários finais de 438, valor adaptado durante a pandemia.

H) Conclusões

O nosso objetivo para o ano de 2023, espelha a determinação da instituição em se afirmar cada vez mais, como um modelo de referência dos cuidados que presta e disponibiliza à comunidade envolvente. O reconhecimento que recebemos por parte dos nossos utentes e familiares é visto, sempre, como uma responsabilidade acrescida, que assumimos, com orgulho, convictos do rumo traçado e do que há a traçar.

ERPI

A média mensal de 2023 foi de 48 utentes.

Com a parceria estabelecida com o “pedalar sem idade” foi possível proporcionar passeios mensais de Trishaws aos utentes na freguesia e na sede de município.

Manteve-se os contactos via telefone e vídeo chamado via SKYPE e um plano de visitas que permitiu uma maior aproximação, mais intensa e intimista com os familiares. Com estas medidas promoveu-

se o bem-estar físico, psíquico e social dos utentes, bem como, o exercício, na medida do possível, dos seus direitos de cidadania.

Centro de Dia

Nesta resposta e após o término da domiciliação do serviço, houve uma maior procura do serviço aumentando a frequência de 1 para 3 utentes.

Serviço de Apoio Domiciliário

A equipa do SAD deu continuidade à prestação de todos os serviços solicitados pelos utentes, por forma a minimizar as dificuldades dos mesmos. Ao longo do ano foi possível a manutenção da frequência registada no ano anterior.

POAPMC

No sentido de continuar a dar resposta aos efeitos da pandemia, manteve-se o aumento do número de destinatários finais em 50%, consequência do número de pessoas carenciadas a precisar de apoio alimentar se manter elevado.

3. Unidade de Cuidados Continuados Integrados / Unidade de Cuidados Continuados

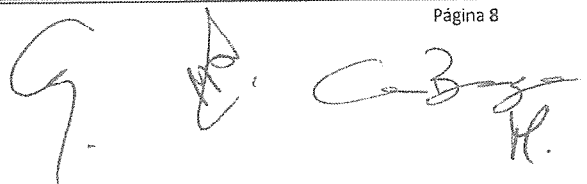
A) Enquadramento Institucional

O presente relatório reporta à atividade da UCCI e UCC do ano de 2023.

Esta Unidade rege-se pelo estipulado no Decreto-Lei nº101/2006, de 6 de junho, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 136/2015, de 28 de julho, e pela Portaria nº 174/2014, de 10 de setembro, pela redação que lhe foi dada pela Portaria nº 50/2017, de 2 de fevereiro, e demais normas e/ou orientações em vigor, assim como pelo Contrato-Programa/Acordo celebrado entre a Fundação Joaquim António e seus pais, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, I.P. (ARSA) e o Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Beja.

A Unidade é uma resposta promovida pela Fundação Joaquim António Franco e Seus Pais, adiante designada por Fundação e presta ainda um serviço em regime autónomo/privado.

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), inaugurada em 2 de maio de 2011, é um estabelecimento integrado no âmbito da Rede Nacional Cuidados Continuados Integrados com a continuidade de 35 camas conforme contrato/programa-acordo, atualizado a 01/05/2020 com o surgimento



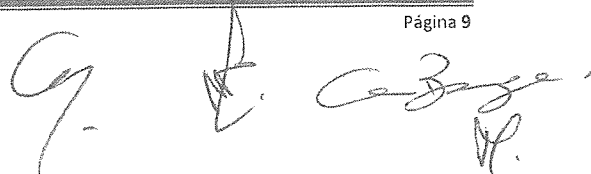
da COVID-19. Até ao momento não se prevê redução das 4 camas que foram concedidas pelo surgimento da pandemia.

A tipologia de Média Duração e Reabilitação (MDR) visa a reabilitação de doentes em estado de pós agudização, com dependências que exigem tratamento em algumas ou todas as áreas de fisioterapia, terapias ocupacional e da fala, cuidados de enfermagem, acompanhamento psicológico de utentes e familiares e reinserção social e/ou familiar, para além do fornecimento dos medicamentos devidamente prescritos para o processo de reabilitação. A Unidade obriga-se ainda à prestação dos seguintes cuidados: Cuidados médicos diários; Cuidados de enfermagem permanentes; Cuidados de fisioterapia, fisioterapia, reabilitação psicomotora, terapia ocupacional, e terapia da fala, se necessários; Prescrição e administração de fármacos; Apoio psicossocial; Higiene, conforto e alimentação; Convívio e lazer; Animação sociocultural; Apoio no desempenho de todas as atividades da vida diária; Apoio nas atividades instrumentais de vida diária e os demais serviços e atividades necessários ao funcionamento da UCCI.

A Unidade de Cuidados Continuados (UCC-Regime Privado) tem ainda capacidade para mais 13 camas, 7 destinadas a tipologia de Longa Duração e Manutenção (LDM) e 6 a MDR respetivamente.

B) Objetivo Geral

- Prestar cuidados continuados de saúde e de apoio social adequados a indivíduos que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência temporária ou permanente;
- Promover a Melhoria Contínua e a Humanização dos Cuidados Continuados Integrados;
- Continuidade dos cuidados entre os diferentes serviços, sectores e níveis de diferenciação, mediante a articulação e coordenação em rede;
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade na prestação dos cuidados;
- Avaliação integral das necessidades da pessoa em situação de dependência e definição periódica de objetivos de funcionalidade e autonomia;
- Promoção, recuperação contínua ou manutenção da funcionalidade da pessoa em situação de dependência através da sua reabilitação, readaptação e reinserção familiar e social;
- Participação e co-responsabilização da família e dos cuidadores principais na prestação dos cuidados;
- Eficiência e qualidade na prestação dos cuidados;
- Evitar rotatividade dos funcionários;
- Promover um ambiente de espírito de equipa e motivador.



C) Objetivos Específicos

Objetivo Específico	Descrição da atividade
01) Direção - Promover formação contínua nas áreas de interesse à UCC-MDR	Implementar de programa de formação interna
02) Direção - Acompanhar o processo de incidência de Abuso/Negligência e Maus-Tratos contra colaboradores, utentes e familiares na UCC-MDR	Em caso de apresentação de ocorrência de Abuso/Negligência e Maus-Tratos, em impresso próprio, garantir a recolha dos factos e responder ao exposto também em impresso próprio para o efeito
03) Direção - Partilhar resultados das visitas de acompanhamento das tutelas (ECL, ECR, ERS e SS) à Direção Executiva	Sempre que a UCC-MDR seja sujeita a uma visita de acompanhamento/avaliação, será realizado um relatório com os resultados da mesma
04) Enfermagem- Prevenir a gripe nos utentes	Administração da vacina da gripe nos meses preconizados
05) Enfermagem - Manter o Processo Individual e GestcareCCI do utente atualizado à data de entrada	Verificar se os registos são realizados no prazo estipulado.
06) Enfermagem - Prevenir úlceras de pressão	Garantir a realização dos decúbitos e a vigilância diária da pele dos utentes
07) Fisioterapia - Tratamento de disfunções físicas	Intervenções individuais
08) Serviço Social – Promover e gerir o vínculo de utente/institucionalização/colaboradores e familiares bem como, gerir a institucionalização de cada utente particularmente	Acompanhamento/prestação de apoio psicossocial e Preparação, planeamento e gestão de altas

09) Terapia Ocupacional - Melhorar/promover a autonomia do utente ao nível das suas atividades básicas de vida	Promover a autonomia ao nível de vestir e ao nível da alimentação; Melhorar as competências motoras; Promover a utilização de produtos de apoio que facilitem o desempenho dos clientes e adaptar o ambiente/contexto às necessidades do utente; Melhorar as capacidades sensório-precetivas e as capacidades cognitivas do utente; Promover a orientação espaço-temporal do utente; Melhorar/promover a autonomia do utente ao nível das suas atividades básicas de vida, fornecendo informações úteis que possam facilitar o desempenho do mesmo no pós-internamento
10) Terapia da Fala - Promover Comunicação e Deglutição funcionais.	Promover a compreensão da linguagem verbal e não-verbal; melhorar a motricidade orofacial; Promover simetria facial; Aumentar a funcionalidade comunicativa; Promover a inteligibilidade do discurso; Estimular o discurso espontâneo; Promover/melhorar competências de leitura e escrita; Promover uma deglutição em segurança; Promover interação / socialização; Estimular as diferentes componentes da linguagem; Estimular as estruturas orofaciais inerentes ao processo de mastigação/deglutição, fala e expressão facial; Promover a alfabetização; Sensibilizar para as perturbações da deglutição e suas implicações na vida diária; Dar continuidade aos ganhos adquiridos pelo utente prevenindo o agravamento do estado

D) Considerações Finais

Concluído o ano 2023, cumpre-me realizar o balanço do Plano Anual de atividades da UCCL.

Relativamente aos objetivos propostos:

1) Há registo das seguintes

formações:

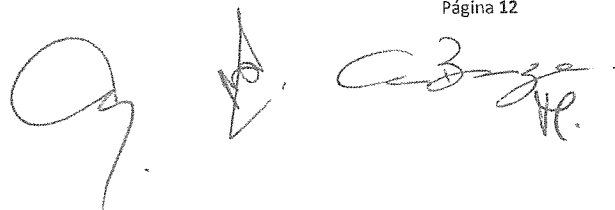
- Tratamento de feridas;
- Prevenção e Controlo de Infeção.

2) Não há registo de ocorrência de Abuso/Negligência e Maus-Tratos e a unidade no ano anterior não contou com reclamações.

3) Houve registo de 3 visitas de acompanhamento da Equipa Coordenadora Local com bastante focagem na importância de serem criados incentivos para manter os elementos de enfermagem, como a disponibilização de habitação e ou a facilidade de uma prestação mensal diminuta, bem como, encargos com formações, entre elas pós-graduações específicas para a área abrangente, celebrando acordo com a efetivação do profissional, x anos com a Fundação, por forma a garantir a sua permanência nesta resposta.

4) Objetivo cumprido, medido mediante vacinação efetuada. Todos os utentes cuja família e/ou utente autorizou, foram vacinados em tempo útil (Outono).

- 5) Objetivo totalmente atingido. Os registos no Gestcare PICC foram todos realizados dentro das 24h preconizadas.
- 6) Iniciou-se em maio um estudo em cada tipologia da RNCCI na prevenção e prevalência de Úlceras por pressão. A unidade de Casével foi a unidade de tipologia de Média Durante e Reabilitação do Alentejo selecionada para fazer parte do estudo. Objetivo parcialmente atingido. Continuou, ainda que em menor percentagem, a existência de registos de utentes que adquiriram UP's após a admissão. Posicionamentos cumpridos de acordo com o planeamento do estudo e adquiridos os materiais de apoio exigidos. A maioria dos utentes internados na unidade realizaram levante diário, à exceção daqueles em que o levante seria prejudicial ao processo de cicatrização das lesões. Há ainda o registo de que todas as lesões adquiridas após admissão, encontravam-se cicatrizadas aquando da alta da UCCI.
- 7) Foram efetuadas intervenções individuais de acordo com os objetivos e com o plano de intervenção definido para cada utente. As sessões de fisioterapia foram realizadas no ginásio e ou nos quartos. Foram definidas como metas para este objetivo do plano de atividades uma taxa de frequência de intervenção de 80% e uma taxa de objetivos de reabilitação atingidos de 70%. A taxa de intervenção a nível da RNCCI foi de uma média anual de 91,2%. No que respeita à vertente privada a média anual da taxa de intervenção foi de 83,2%
- 8) Os atendimentos aos familiares e cuidadores foram realizados maioritariamente presenciais. Com o fim das medidas restritivas de COVID, verificou-se nas visitas que os cuidadores aproveitaram o momento para solicitarem apoio e ou verem esclarecidas questões relacionadas com a área socia. Foram ainda, retomadas as reuniões familiares, para fazer o balanço do internamento, e iniciar os procedimentos inerentes às questões de alta. Em relação à gestão das altas, estas mantiveram-se num registo normal. Foram marcadas as datas das altas e poucas foram alteradas e quando isso sucedeu foi por motivos exteriores à UCC, nomeadamente por situações imprevistas no seio familiar.
- 9) A nível da Terapia Ocupacional, as dificuldades sentidas durante o ano de 2023, estiveram diretamente relacionadas com aumento de camas e diminuição das horas de serviço de 40 para 35 horas. Foram avaliados todos os utentes com admissão na UCCI/UCC, no entanto privilegiou-se fundamentalmente utentes com potencial de reabilitação por forma a atingir os objetivos de internamento dos mesmos.
- 10) (Meta: 70% de objetivos atingidos; 90% de intervenções efetuadas)
Ao longo do ano de 2023, beneficiaram de terapia da fala, utentes com diagnóstico terapêutico de Disfagia Orofaríngea, em sessões diárias de 30 minutos e apoio/supervisão durante as refeições (pequeno – almoço e almoço). Com o principal objetivo de promover deglutição em segurança via oral. Foram atingidos 13 dos 15 objetivos propostos, o que revelou uma taxa de 86,6% dos objetivos



atingidos, na área de deglutição. Relativamente a casos de Linguagem e Comunicação (Afasia, Disartria, Voz), os utentes foram acompanhados em sessões de 30/45 minutos, com frequência, que variou entre trissemanal ou diária, dependendo da gravidade da sua problemática e potencial de reabilitação dos mesmos. Tendo sido propostos 11 objetivos e atingidos 8, obtendo-se uma taxa de 72,7 %. No que respeita às sessões efetuadas e sessões previstas, obteve-se uma taxa de intervenção de 86%. As intervenções individuais previstas e não realizadas deveram-se ao facto de agudização/hospitalização dos utentes, agravamento do seu estado geral, ausência por consulta, reuniões de admissão de novos utentes e/ou por ausência da própria terapeuta.

Relativamente à atividade registou-se no ano em avaliação o seguinte:

Utentes internados em regime público na UCCI: 133

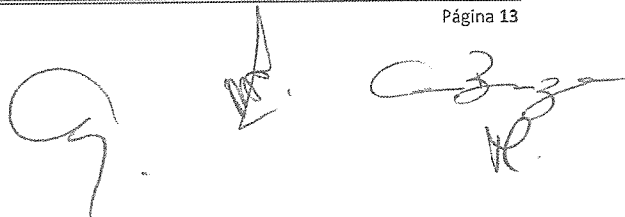
Altas com os seguintes destinos:

- Domicílio com suporte (SAD e C.D) - 9
- Domicílio sem suporte - 27
- Transferência proximidade - 10
- Transferência ULDM - 9
- ERPI - 10
- Equipa Cuidados Continuados Integrados - 1
- Unidade de Convalescença - 0
- Centro Medicina Reabilitação do Sul - 3
- Alta Voluntária - 8
- Óbito - 24

Utentes internados em regime privado na UCC: 34 Altas

com os seguintes destinos:

- Domicílio sem Suporte- 8
- Domicílio com Suporte (SA e C.D) – 2
- ERPI – 1



RNCCI - 5

- Alta Voluntária – 2

-Agudização - 2

-Óbito - 5

Contextualização Inicial e Desafios:

Escassez de Enfermeiros (fevereiro 2023): A unidade iniciou o ano com apenas dois enfermeiros, um número bastante inferior ao ideal de dez. A atração de enfermeiros pelo Hospital de Beja resultou em uma notória escassez regional de profissionais, o que se refletiu em dificuldades severas na elaboração de escalas de trabalho e na manutenção dos padrões de cuidado.

Impacto na Qualidade dos Cuidados:

Esta situação comprometeu a capacidade de Prestar cuidados de enfermagem seguros e de qualidade, colocando em risco o bem-estar dos utentes e a eficiência operacional da unidade.

Estratégias Implementadas e Desenvolvimentos:

Contratações Emergenciais (fevereiro a julho 2023): Iniciou-se um processo intensivo de contratação de enfermeiros em regime de prestação de serviços. Esta medida aliviou parcialmente a carga sobre os profissionais existentes, embora tenha sido limitada pela disponibilidade variável dos novos contratados.

Desafios com Auxiliares de Ação Médica:

A saída de auxiliares e a acumulação de períodos de férias resultaram em um aumento da carga horária e do cansaço entre os profissionais remanescentes. A contratação de auxiliares até outubro proporcionou um alívio necessário, restabelecendo parcialmente o equilíbrio na equipa.

Ponto Crítico e Medidas Corretivas:

Intervenção da Equipa de Coordenação Regional (julho 2023): A visita em julho pela Equipa de Coordenação Regional foi um marco decisivo. Face ao desequilíbrio enfermeiro-utente, fomos confrontados com a possibilidade de reduzir o número de camas disponíveis, uma medida que poderia levar ao encerramento da unidade. A resposta a esta crise exigiu uma mobilização rápida e eficaz para reestruturar a equipa.

Dispensa de Auxiliar (dezembro 2023):

A dispensa de uma auxiliar por comportamento inadequado foi uma decisão difícil, mas necessária para preservar os valores institucionais. Encerramos o ano com um déficit de pessoal, tanto em enfermeiros como em auxiliares, em relação às diretrizes da Legislação em vigor.

Conclusão e Perspetivas Futuras:

Análise e Reflexão:

O ano de 2023 foi marcado por desafios significativos que testaram a resiliência e a capacidade de adaptação da nossa unidade. As experiências vivenciadas ressaltam a necessidade de um planeamento estratégico mais eficaz, focado na gestão de recursos humanos.

Estratégias de Melhoria:

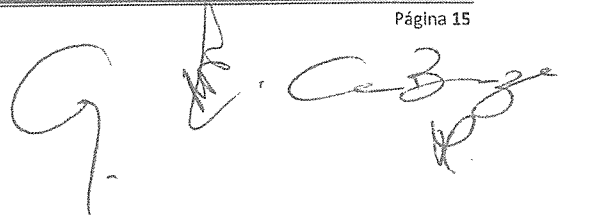
É imperativo implementar estratégias de recrutamento e retenção de enfermeiros e auxiliares, além de desenvolver planos de contingência para situações de crise. A aprendizagem derivada deste ano em análise foi crucial para fortalecer a unidade e garantir a continuidade e qualidade dos serviços prestados.

4. Casevelimpa

A Casevelimpa foi criada como "empresa de inserção" numa parceria com o IEFP, visando a inserção no mercado de trabalho de pessoas que estivessem há algum tempo afastadas desse mercado.

Destina-se a proporcionar a empresas, sector público e particulares, serviços de limpeza, caiação, pintura e pequenas obras de conservação, de carácter pontual ou permanente. Desde 2017 a Casevelimpa deixou de ser "empresa de inserção", findando a parceria com o IEFP, e passou a ser uma resposta da Fundação visando a obtenção de fundos necessários à sua atividade social e de saúde.

Como em anos anteriores, a Casevelimpa em 2023 tentou maximizar as receitas, controlando os custos, de forma a proporcionar um serviço de qualidade aos seus clientes, e simultaneamente maior apoio à Fundação na atividade para a qual foi criada, o apoio aos mais desfavorecidos.



5. Perspetivas futuras

Tal como foi referido no ponto 16 do R&C, futuro da Fundação passa, para além do apoio e profissionalismo dos seus trabalhadores, bem como do apoio das instituições públicas e das entidades bancárias, de ser encontrada uma solução que permita inverter os resultados negativos dos últimos anos. Uma das possibilidades em aberto é o arrendamento de prédios rústicos para instalação de painéis solares.

Esta solução está a ser estudada desde 2020 e os entraves existentes até 2023, nomeadamente pareceres positivos do município e da Direção Geral do Ambiente, parecem ter sido ultrapassados. A Fundação está agora a ultimar um acordo com uma entidade bancária que irá permitir fechar este

6. Nota Final

Uma palavra de agradecimento e reconhecimento muito especial a todos os colaboradores que trabalham diariamente nesta instituição que têm tido tornado possível a manutenção e o desenvolvimento desta instituição.

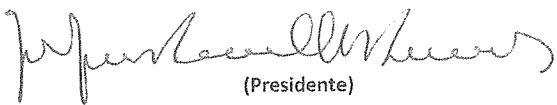


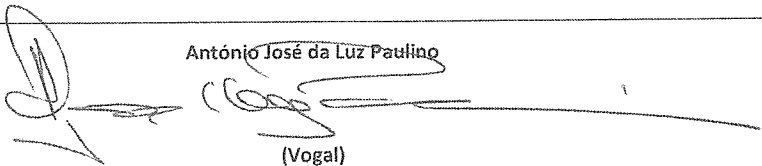
Também um agradecimento especial às entidades públicas: a Administração Regional de Saúde do Alentejo, o Instituto de Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Beja, ao IEPFP e ao Município de Castro Verde pelo contínuo apoio.

Um voto de agradecimento também as entidades bancárias, aos fornecedores e aos utentes das diversas valências pela confiança depositada na Fundação.

Este Relatório foi elaborado com base nos Relatórios de Atividade da Diretora do Estabelecimento Residencial, Apoio Domiciliário e Centro de Dia – Dra. Elisabete, da Diretora da Unidade de Cuidados Continuados – Dra. Mariana e do responsável da Casevelimpa – Jorge Santos.



Casével, 3 de setembro de 2024

A Administração:
José Manuel Pinela Coelho Fernandes  (Presidente)
Maria Cândida de Oliveira Sobral Parreira  (Tesoureira)
Ana Maria Sobral Banza  (Secretária)
António José Rosa de Brito (Vogal)
 António José da Luz Paulino (Vogal)



FUNDAÇÃO JOAQUIM ANTÓNIO FRANCO E SEUS PAIS
CNPJ: 000517320
R. E. de Casével, s/n.
1200-000 Casével

Declaração



A **Fundação Joaquim António Franco e seus Pais**, NIPC: 500847320, Com sede na Rua 5 de Outubro, nº10, em Casével, concelho de Castro Verde, vem por este meio, e para os devidos efeitos, declarar que nomeou em 12/07/2020 para Fiscal Único relativamente ao quadriénio 2020/2024 a **DFK & Associados, SROC, Lda.**, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 149, com sede na Rua Ferreira Lapa, 16-B, em Lisboa, representada por **Filipe Jorge Martins Piçarra Fialho Pombeiro**, com o NIF: 218580096, ROC Nº 1776, inscrito no Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 20161619, que aceitou a referida nomeação.

Na mesma data, **Jorge Filipe Demétrio Ricardo**, NIF: 225120259, com domicílio profissional na Rua Ferreira Lapa, 16-B, em Lisboa, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o nº 1703, e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 2161313, relativamente ao quadriénio 2020/2024, nomeação que aceitou.

Registando-se um atraso no encerramento das contas respeitantes ao exercício de 2023, por motivos que se prendem com falta de pessoal administrativo, que afetou os serviços desta instituição, e complicou em determinados períodos as operações finais de apuramento das contas, tendo em conta a necessidade de compatibilizar os recursos da instituição afetados, com as exigências do rigor necessário, a **DFK & Associados, SROC, Lda.** Tem acompanhado todo o processo de contabilização, análise de contas e processamento de anexos e demais peças finais obrigatórias, procedendo à sua revisão, que se aguarda terminada durante o mês de outubro de 2024, com entrega do respetivo Relatório, do qual se dará de imediato conhecimento às entidades reguladoras e da tutela.

Casével, 30 de outubro de 2024

O Conselho de Administração



Maria Cândida de D. S. Palmeira

Declaração de responsabilidade


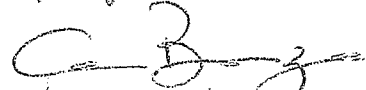
No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas da/o Fundação Joaquim António Franco e seus Pais ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2023 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, <http://fundjaf Franco.org/> em 02/11/2024.

2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade (selecionar a opção aplicável):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Os órgãos de administração:



Mareia Cândida de O. S. Paes





Fundação Joaquim António Franco
Rua 5 de Outubro, nº10
Casével, 4800-001 Castro Verde
Tel. 282 500 000

Declaração

A Fundação Joaquim António Franco e seus Pais. NIPC: 500847320, com sede na Rua 5 de Outubro, nº10, em Casével, concelho de Castro Verde, vem por este meio, e para os devidos efeitos, declarar que publicou em 02.11.2024, no seu sítio institucional na *internet*, www.fundjafranco.org, as contas, anexos e demais peças finais obrigatórias, relativamente ao exercício de 2023, assumindo a responsabilidade da sua manutenção no referido sítio institucional da Fundação na *internet*, nos termos da legislação em vigor, nomeadamente do nº 2 do artigo 14º-A do Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, e da alínea d) do nº 1 do artigo 9º da Lei 24/2012, de de Julho.

Casével, 02 de novembro de 2024

O Conselho de Administração



Maria Cândida de O. S. Palmeira